

Tarcísio empodera PM e policiais civis criticam

Agentes vão passar a poder fazer termos circunstanciados, destinados a registrar crimes de baixa gravidade, mas mudança incomoda sindicato, para quem uma corporação ficará sobrecarregada e outra será esvaziada

BRUNO GOMES E JULIANA CAUSIN
Ilustração: Roberto de Almeida

A intenção do governo de São Paulo de permitir aos policiais militares registrar crimes de menor potencial ofensivo criou um novo ponto de atrito entre a Polícia Civil e a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). A medida, que segundo a Secretaria de Segurança Pública ainda está em análise, autoriza a PM a elaborar o termo circunstanciado, registro destinado a ocorrências de baixa gravidade, como pequenos furtos e posse de drogas para uso pessoal, atribuição por enquanto exclusiva da Polícia Civil.

O termo é enviado diretamente para um juiz de direito e se difere do Boleim de Ocorrência, destinado a crimes mais graves e é enviado a um delegado titular, que decide sobre a instauração ou não de um inquérito. Uma ordem preparatória elaborada pela PM, a qual O GLOBO teve acesso, traz diretrizes de como essa medida funcionará na prática. Os agentes ficarão responsáveis por cumprir as diligências requisitadas pelo Ministério Público e Poder Judiciário, zelar pelo material apreendido em serviço e, se necessário, mandar objetos

apreendidos para perícia e fazer a remessa dos resultados aos juizados especiais. Jacqueline Valadares, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindesp), diz que a proposta enfraquece a Polícia Civil e sobrecarrega a PM.

— Da mesma maneira que faltam, hoje, 17 mil policiais civis trabalhando nos quadros da instituição, há déficit preocupante na PM. Não estão sobrando policiais militares no estado para fazer o trabalho da Polícia Civil — afirmou Jacqueline, lembrando de outro episódio de desgaste com o governo envolvendo o reajuste das polícias. — Recentemente, o estado concedeu reajuste maior para a Polícia Militar.

Questionado sobre a medida em leilão na B3, Tarcísio negou haver divisão entre as forças.

— Não existe racha entre as polícias — afirmou o governador, sustentando que a proposta foi negociada com a direção da Polícia Civil. — Não é uma questão de dar mais poder, é de melhorar o policiamento ostensivo. O que a gente está preocupado é ter mais gente na rua e não perder tempo. Não desmobilizar uma guarnição para ter que cumprir essa questão do BO.

No entanto, a SSP-SP man-



Crise negada. Tarcísio e o secretário de Segurança, Guilherme Derrite: "questão de melhorar policiamento ostensivo"

Como será a divisão de tarefas

diretamente para um juizado especial.

> O que muda

Os PMs vão fazer termos circunstanciados, cumprir diligências pedidas pelo Ministério Público ou a Justiça, zelar por material apreendido, mandar objetos apreendidos para a perícia e remeter os resultados diretamente aos juizados especiais.

> Boleim de Ocorrência

Feito para registro de crimes mais graves pela Polícia Civil, o BO é depois enviado a um delegado, que decide pela instauração ou não de um inquérito.

> Acusação

A mudança vai sobrecarregar os PMs e esvaziar funções da Polícia Civil, segundo especialistas e

o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo.

> Defesa

APM alega que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que o termo circunstanciado não é atribuição exclusiva da Polícia Civil e a mudança já apoiada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, vigora em outros 17 estados.

tém desgastes com a Polícia Civil na gestão de Tarcísio. Recentemente, o sindicato criticou a exclusão da corporação em operações como a Fim da Linha, que mira empresas de ônibus usadas pelo PCC. Também causou incômodo a declaração do secretário de Segurança, Guilherme Derrite, de que a PM vai assumir, com o MP, o protagonismo do combate ao crime organizado.

EM OUTROS ESTADOS

Em nota, a PM disse que a medida ainda está em estudo, que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que o termo circunstanciado não é atribuição exclusiva da Polícia Judiciária e que a medida, autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, já é adotada em 17 estados brasileiros.

— A Polícia Militar já está assobrada de trabalho, os policiais que atendem o 190 estão sobrecarregados e não conseguem dar conta da demanda. Uma coisa é implementar o termo em estados com populações menores, onde há menos escassez de policiais e as guardas municipais não conta da segurança pública. Não é o caso de São Paulo — alerta Rafael Alcázar, professor da FGV e integrante do Fórum de Segurança Pública.

O MUNDO MUDOU



ENTENDA O FUTURO DA MOBILIDADE, DO TRABALHO, DO EMPREENDEDORISMO E DO AGRO. GARANTA JÁ SEU EXEMPLAR E FAÇA PARTE DAS COMUNIDADES MAIS CONECTADAS COM O MUNDO DIGITAL.

ABRIL 2024



NAS BANCAS



NO SITE



NO APP GLOBO+

OS NEGÓCIOS TAMBÉM